

Tecnologização da agricultura e injustiça ambiental

Arlene Renk*
Geverson Ampolini**
Silvana Winckler***

LEGUIZAMÓN, Amalia. **Sementes de poder**: injustiça ambiental e soja geneticamente modificada na Argentina. Tradução de Gabriela Moncau. São Paulo: Elefante, 2023.

A autora Amalia Leguzamón é socióloga e professora da Universidade de Tulane, em Nova Orleans. Seu livro (na edição original norte-americana) recebeu os prêmios Global Development Studies Book Award, pela Associação Internacional de Sociologia (ISA) e Outstanding Book Award, pela seção de sociologia ambiental da Associação Americana de Sociologia (ASA).

Sementes do poder não é um livro que aborda estritamente a soja, é mais do que isso. Trata da história da conversão agrária argentina, mostrando a trajetória da implementação intensiva da soja no país. Aponta como o agronegócio conseguiu o apoio para impor o “extrativismo como modelo nacional de desenvolvimento socioeconômico, além disso promover inação diante da injustiça ambiental”. (Leguzamón, 2023, p. 13).

Metodologicamente, a autora qualifica o trabalho como estudo de caso “sobre a transformação do sistema agrário argentino”, centrando-se no sistema agroexportador da soja. Recorreu aos níveis e métodos “múltiplos para capturar a sinergia do poder” (Leguzamón, 2023). Fez uso de entrevistas, observação participante, análise de conteúdos, construindo dados micro e macroanalíticos de interação, cultura e comunidade. Buscou dados quantitativos nos observatórios, arquivos nacionais (argentino) e latino-americanos. Por questões éticas valeu-se de pseudônimos para apresentar as entrevistas com o setor agropecuário, indígenas, pequenos agricultores, mulheres e

movimentos de contestação. Tomou o cuidado de designar ficticiamente os locais da pesquisa, bem como salvaguardar os entrevistados. Seu trabalho de campo ocorreu de 2009 a 2015.

A estrutura do livro consiste em introdução, quatro capítulos e conclusão, construídos de forma amarrada e coesa.

Na introdução, antecipa a tese de que buscou “mostrar como a soja geneticamente modificada importa não apenas como cultivo agroindustrial lucrativo, mas também um espaço para estudar a dinâmica do poder que cria e legitima a injustiça ambiental”. (Leguzamón, 2023, p. 33).

Grosso modo, a introdução e o primeiro capítulo, são dedicados a repertoriar historicamente a constituição do Pampa argentino, espaço de gado e depois da sojicultura. Aborda o imaginário nacional da soja como aspecto civilizador, para romper a barbárie (Sarmiento, 2018). Esse aspecto mereceu cuidadosa retrospectiva, contribuindo para uma leitura mais refinada da sojicultura.

Ao abordar o extrativismo na Argentina, a autora enfoca o interesse nas dimensões do poder e injustiça. Reporta-se histórica e culturalmente ao projeto desenvolvimentista argentino como divisor de águas, à geração 1837, cujo discurso teria moldado a nação. No livro está explicitada a violência contra os povos originários e o meio ambiente por meio de operações militares e da introdução de tecnologias industriais na agricultura.

* Doutora em antropologia, docente da Unochapecó. E-mail: arlene@unochapeco.edu.br.

** Mestre em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais pela Unochapecó. E-mail: dkgeverson@gmail.com.

*** Doutora em Direito, docente da Unochapecó. E-mail: silvanaw@unochapeco.edu.br.

A colonização dos Pampas com colonos, em detrimento dos nativos, foi lida pela elite como uma “conquista do deserto”, transformando-os em “celeiro da Argentina”. Este é o discurso fundante da identidade nacional. O processo de colonização e o subsequente apontam momentos conflituosos, com relações de poder, preconceitos, economia racializada baseada na ideologia da assimilação.

O subtítulo do livro remete à injustiça ambiental. Diversas são as passagens que a ilustram. Um exemplo retirado de seu trabalho de campo ocorre na localidade nominada ficticiamente por Santa Maria, Província de Buenos Aires. O monocultivo da soja geneticamente modificada em larga escala e com o uso adensado de agrotóxicos pulverizando os campos verdejantes aparenta não causar efeitos na população de Santa Maria (Província de Buenos Aires). Esta situação é apresentada como exemplo oposto ao dos insurgentes movimentos *Grass roots*, que impulsionaram a luta pela justiça ambiental. Ao contrário, se nega e denega os efeitos nos corpos e no solo do uso do glifosato, utilizado na fumigação das extensas áreas de sojicultura, apesar das evidências encontradas.

A denegação faz com que se respaldem os efeitos do glifosato, afirmando que repercute na melhoria da produtividade, contribuindo para sustentabilidade. No entanto, este é um conceito polissêmico. Ou os habitantes efetivamente desconhecem os riscos dos agrotóxicos à saúde, ou preferem fazer ouvidos moucos e colocar venda nos olhos.

No caso de Santa Maria, há milhões de hectares de soja plantada e naturalização do ambiente fumigado, bem como a denegação dos efeitos nocivos aos moradores da área de influência da sojicultura. As mulheres entrevistadas respondem que o plantio da soja permite “viver no campo”. Esses efeitos foram desvendados com a condição do cultivo no Chaco, assim como no caso das mães do Bairro de Ituzaingó Anexo, aspectos que mereceram estudo no último capítulo.

A exemplo do que ocorre no Brasil, soja geneticamente modificada responde por expressivo valor na exportação argentina. É responsável pelos vastos territórios de terras (latifúndios) que avançam para áreas arrendadas. A transgenia extrapola a

construção da crença na produtividade. Olhar esse cenário criticamente permite ver o aprofundamento do lema da Civilização e Barbárie (Sarmiento, 2018). A latifundiáriação, com a predominância de gênero masculino, a tecnologização da agricultura e a exonerando da mão de obra, reconfigura demograficamente os povoados locais. O plantio, em grande escala, impulsiona a migração aos centros urbanos. As pequenas áreas são vendidas ou arrendadas aos grandes proprietários. A tecnologização crescente dos plantios faz com que grandes áreas empreguem poucos trabalhadores.

Uma situação inusitada, narrada pela autora, é a do plantio da soja nos quintais e nos jardins das residências.

A autora aponta a relação entre ocupação dos Pampas no século XIX, a redução numérica dos povos originários e seu confinamento e a apropriação de terras, contemporaneamente, consistindo num processo de apossamento de terras (*land grabbing*).

A soja criou a figura do latifundiário argentino sem terra, torna-se cultivador pelo processo de arrendamento, mediante o qual incorpora áreas. Os arrendamentos ocorrem transnacionalmente na Argentina, Brasil e Bolívia. O cerne da sojicultura não está na propriedade, mas no conhecimento, o que supõe que a exploração agrícola está na expertise de ser sojicultor.

As desigualdades geradas pelo extrativismo e pela agricultura digital são produzidas com “sinergia de atores influentes”, tais como o Estado e o agronegócio, mídia e ciências, à medida que ancoram as desigualdades e geram um consenso nacional. A injustiça ambiental não se faz sem financeirização da agricultura. Ela ocorre em terreno de “natureza barata” (Moore 2022), vilipendiada. A injustiça ambiental reflete em uma parcela da população que consiste na base da pirâmide empobrecida e racializada.

A trama de poderes se oculta no discurso desenvolvimentista e tecnológico. Há uma boa amarração das relações e instituições de poder centradas na figura masculina do Estado, nas corporações e, capilarmente, nas famílias dos cultivadores de soja.

Uma das questões levantadas consiste na indagação: como atores poderosos obtêm aceitação

diante da distribuição desigual dos custos sociais e ecológicos do extrativismo?

De modo didático, são abordadas as culturas geneticamente modificadas. A autora consegue amarrar o histórico das sementes modificadas com formação das grandes corporações. A cadeia da soja atua com poucos empresários do agronegócio que, por sua vez, comandam a atividade a partir de grandes empresas privadas e orientadas tecnologicamente, razão por que diminuíram os postos de trabalho e levaram à migração.

A tecnologia e as sementes modificadas produzem um cultivo homogêneo e padronizado, atendendo ao setor corporativo. Transforma-se em produto flex, passível de ser cultivado em locais diversos e de atender aos padrões exigidos para diferentes usos.

A sinergia do poder, um recurso para explorar o texto, contempla as categorias de dominação estruturais e simbólicas que se intersectam para legitimar a injustiça ambiental. Aliás, no trabalho há uma excelente revisão das categorias justiça ambiental e sinergia do poder.

Na política econômica da soja, os sujeitos racializados (indígenas e camponeses) feminilizados (mulheres que se identificam como mãe cuidadora) estão na base da hierarquia social, excluídos do poder.

Se, em algumas áreas pampeanas, o risco dos efeitos nocivos do agrotóxico no corpo e no ambiente é negado ou denegado, isso não ocorre em todo território.

No âmbito da injustiça social, é relevante o teor do capítulo IV, ao discutir o movimento social liderado pelas mães do bairro Ituzaingó Anexo, as quais lutam contra a pulverização de pesticidas e contra o uso de soja geneticamente modificada.

O texto esmiúça a trajetória do grupo e explica como a dor pessoal e a injustiça ambiental se uniram para a formação de um dos mais relevantes movimentos sociais e ambientais desse país.

O texto aborda uma poderosa mensagem sobre o significado da perda de um filho em decorrência de doença causada por agrotóxicos e serve de ponto de partida para compreender o sofrimento que produziu o movimento social – a perda de filhos para doenças (leucemia, câncer). A dor gerou um processo de mobilização e de ativismo

entre mães que procuravam entender as causas dessas doenças, assim como lutar contra a pulverização de pesticidas suspeitos de serem causadores dessas e de outras graves doenças.

A formação do Grupo de Mães do Bairro Ituzaingó Anexo teve início no ano de 2002 e foi uma resposta direta da população a uma grave crise de saúde pública. As mães, movidas pela perda e pela necessidade de justiça, se uniram para investigar a relação entre a pulverização de pesticidas e a alta taxa de câncer e outras morbidades em suas comunidades. Este início é marcado por um senso de desespero e uma necessidade de agir diante da inércia das autoridades locais.

O grupo de mães tornou-se um importante representante do movimento contra agrotóxicos na Argentina. A luta dessas mulheres foi um exemplo de mobilização social gerada por experiências fundamentadas em dor pessoal e sofrimento. Elas não buscavam somente explicações para as estranhas doenças de seus amigos e familiares, mas, também, agiram para desafiar e modificar os padrões de pulverização de pesticidas. Os trabalhos de Berger e Carrizo (2013; 2014) são paradigmáticos das ações de grass roots das mães do bairro Ituzaingó Anexo, aos quais a autora se reporta.

A luta das mães compreendeu uma série de ações, incluindo marchas, bloqueios de estradas e o uso de um “mapa da morte” para mostrar a alta e incomum incidência de doenças graves naquela comunidade. A estratégia de “epidemiologia popular”, que combina o conhecimento científico com a experiência vivida, foi uma ferramenta fundamental nesse processo de mobilização.

O movimento contra os agrotóxicos não é isolado, é parte de uma tendência mundial de resistência contra os impactos ambientais de práticas agrícolas não sustentáveis.

A mobilização social se fundamenta em dois pontos principais. O primeiro é a denúncia dos riscos à saúde e ao meio ambiente causados pela pulverização de agroquímicos. O segundo é a oposição à expansão da fronteira agrária que leva à destruição de habitats e ao deslocamento de comunidades. E discute como esses pontos estão relacionados e como a luta local tem significados mais amplos - mais amplas políticas ambientais e agrícolas para o país.

O movimento alcançou algumas vitórias, como a implementação de normativas locais para limitar a pulverização de pesticidas, mas enfrentou grandes desafios e, apesar da coragem de suas participantes, teve sua eficácia limitada por elementos estruturais e simbólicos presentes na sociedade argentina.

A partir do ano de 2006, a solidariedade com o movimento cresceu com o surgimento da campanha “Parem de Fumigar”, coordenada por um grupo de ativistas de Buenos Aires. Essa campanha ampliou o alcance do movimento na luta contra os agrotóxicos pela união de esforços e de recursos de outras províncias também afetadas pelos pesticidas. A solidariedade foi demonstrada por ações concretas e estratégias colaborativas que buscavam aumentar a conscientização e a pressão política por um controle mais rígido para o uso de agrotóxicos. O monocultivo, de qualquer espécie, leva à degradação da natureza barata (Moore, 2022) e ao fortalecimento dos grupos produtores de insumos para fumigação. A título de ilustração, citamos Barones de la Alimentación 2022: Lucro com lãs crisis, digitalización y nuevo poder corporativo (ETC Group, 2022). Embora publicado em 2022, posterior ao volume da edição inglesa, esse coletivo de investigação apresenta dados altamente comprometedores do monocultivo e do destino da produção.

A campanha “Parem de Fumigar” é mostrada como uma extensão do trabalho das mães, as quais buscam consolidar a rede de proteção e resistência em diversos locais da Argentina. A colaboração entre diferentes pessoas e grupos fortalece a luta e amplia seu alcance, ao mostrar como a mobilização local pode amplificar o poder de sua luta.

O impacto do movimento das Mães do bairro Ituzaingó Anexo vai muito além das vitórias legais e das mudanças políticas, vez que a luta dessas mulheres contribui com um legado mais amplo de conscientização e ativismo ambiental na Argentina. A visibilidade do “mapa da morte” e as ações da campanha “Parem de Fumigar” ajudam a sensibilizar o público e a chamar a atenção para os problemas gerados por pesticidas.

O legado do movimento também se reflete nas mudanças na política ambiental e na percepção pública dos agrotóxicos na Argentina. A luta das

Mães é um exemplo de como o ativismo local pode desafiar e mudar práticas e políticas estabelecidas, e serve como um modelo para outras comunidades afetadas por injustiças ambientais.

Enfim, é uma leitura que prende a atenção e repertoria os fatos históricos para explicar as decisões acerca do monocultivo extrativista e suas consequências. As mães de Córdoba são a antítese daquelas de Santa Maria, impulsionando um movimento *Grass roots* cujos efeitos extrapolam o território da soja e se tornam referência nacional e no exterior.

Referências

BERGER, Maurício. **Cuerpo, Experiencia, Narración.** Córdoba: Ediciones del Boulevard, 2013.

CARRIZO, Cecilia; BERGER, Maurício. Prácticas médicas en un caso de contaminación ambiental. Desde el inicio de la denuncia al Juizio Ituzaingó. *In:* CARRIZO, Cecilia; BERGER, Maurício (orgs.) **Justicia Ambiental.** Seminario Justicia Ambiental. Instituto de Investigación y Formación en Administración Pública de la Universidad Nacional de Córdoba. Córdoba, 2014.

ETC GROUP. **Barones de la alimentación 2022:** lucros com las crisis, digitalización y nuevo poder corporativo. Disponível em: <https://www.etcgroup.org/content/food-barons-2022>. Acesso em 15 de julho de 2024.

MOORE, Jason. W. O surgimento na Natureza Barata. *In:* MOORE, Jason. W. (org.) **Antropoceno ou Capitaloceno?** Natureza, história e a crise do capitalismo. São Paulo: Elefante, 2022. p. 129-186.

SARMIENTO, Domingo Faustino. **Facundo ou civilização e barbárie.** Biblioteca del Congreso de la Nación, 2018.